

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: 58

Data: 28/11/80

Pg.: _____

118
28.11.80

Um encontro de várias tribos

Helölsa Rozendaal

Roterdã — Um índio mohawk desem-
bruiha um par de tamancos holandeses
recém-comprados. Na mesma sala, um
aparelho de televisão retransmite um ví-
deo-tape onde índios norte-americanos
contam os danos causados pela instalação
de uma usina nuclear em seu território,
nas planícies Dakotas: câncer dos ossos,
bebês com lábios leporino, abortos.

O maior desastre causado por usina
nuclear nos Estados Unidos mal foi co-
mentado pela imprensa.

— Todo mundo fala em área sacrificada
— comenta um índio — mas ninguém se
lembra do povo sacrificado, que sou eu,
são meus filhos. Estamos sendo sacrificá-
dos em nome de mais ar-condicionado e
das garagens para dois carros.

No andar superior, um índio e uma
índia guatemaltecos contam do assassinio
recente de 23 índios na Embaixada da
Espanha em seu país, onde 70% da popula-
ção é indígena. Eles têm a cabeça e o rosto
escondidos sob panos coloridos da Guate-
mala.

No bar do andar térreo, o índio tucano
Alvaro Fernandes Sampaio está com fo-
me. Márcio de Souza, o escritor brasileiro
que o acompanha, tenta negociar um in-
tervalo para o almoço com a equipe de
cinema dinamarquesa que deseja entrevis-
tar Alvaro por quatro horas durante a
tarde.

Fotógrafos batem chapas de duas ín-
dias lacota com seus bebês (cinco meses e

16 dias). E o encarregado pela organização
do 4º Tribunal Russel quebra a cabeça em
frente à máquina de escrever, antes de
decidir apelar para o Prefeito da cidade,
que vai receber no final da tarde todas as
delegações. Indo contra sua "educação
ocidental", ele vai pedir dinheiro publica-
mente, pois não está podendo fazer cópias
de documentos para os índios presentes no
Tribunal.

Tudo se passa no Doelen, o complexo
de salas de concerto em Roterdã, que
abriga o 4º Tribunal Russel, que julgara os
crimes cometidos contra os índios da Amé-
rica do Norte, Central e do Sul, "em nome
da humanidade", como desejou o filósofo e
matemático Bertrand Russel, ao fundar o
primeiro destes tribunais em 1967.

Luta do índio é pela terra

Roterdã — "Não existe luta secundária.
A luta camponesa pode ter mais gente
envolvida, mas é a mesma dos índios: pela
terra. Só que no caso do índio há um fator
agravante, a questão cultural: sem a terra
o índio não sabe viver" — afirmou a jorna-
lista Memélia Moreira, da delegação brasileira
no Tribunal Russel.

Na cantina do Doelen, o complexo de
salas de concerto que abriga o 4º Tribunal
Russel, ela e outro membro da delegação
brasileira, Padre Egydio Schwade, lan-
çam. E se dizem satisfeitos com o anda-
mento dos trabalhos. Segundo Padre
Schwade, há muita seriedade. "O júri tem
lido a documentação de cada caso pela
noite adentro", acrescenta Memélia Mo-
reira.

Política alternativa

O Padre Schwade foi secretário-
executivo da Comissão Indigenista Missio-
nária de 1973 até o início deste ano. Percor-
reu de 70 a 100 mil quilômetros de estrada
por ano, sempre lidando com os índios.
Agora está à frente do Cimi da Prelazia de
Itaquatiara (Amazônia). Como vê o envol-
vimento da Igreja com os índios no Brasil?

— A Igreja estava presente onde havia
conflito — diz timidamente — e a colabora-

ção da imprensa na denúncia de todos os
abusos contra os índios foi muito valiosa.
Essa dupla permitiu a criação de uma
"política indigenista alternativa", que cor-
responde aos anseios das comunidades
envolvidas.

Memélia Moreira interfere:

— A Igreja era a única organização no
Brasil que tinha proteção oficial — o res-
paldo do Vaticano. Mesmo que todos os
bispos não fossem unânimes em aprovar o
envolvimento do clero nas causas sociais,
a base era, e os documentos oficiais da
CNBB, obrigatoriamente, também eram,
porque devem refletir o que está exprimindo
na maioria dos relatórios da base.

Como vocês respondem aos que consi-
deram a defesa dos direitos dos índios uma
luta sem importância, romântica, se com-
parada à luta pelos direitos dos campones-
es do Brasil em geral?

Memélia é enfática:

— Em primeiro lugar, não existe luta
secundária. A luta camponesa pode ter
mais gente envolvida, mas ela é a mesma
luta pelos índios: é a luta pela terra. Só que
no caso do índio há um fator agravante,
que é a questão cultural: sem a terra o
índio não sabe viver.

Em 1500, havia 3 milhões 500 mil índios
no Brasil. Hoje, 220 mil. Os índios sofreram
perdas sob as mais diferentes formas de
Governo ao longo destes anos. Qual a
relação entre a situação do índio e o regi-
me de Governo vigente no país? Diz o
Padre Schwade:

— Até 1968 os atritos com os índios no
Brasil se davam de forma isolada. Mas a
partir daí, o Governo federal começou a
patrocinar uma política oficial de extermi-
nio do índio, com planos de colonização
em território indígena e outras iniciativas.
No caso dos vimiri-atroari, que conheço
bem, o Governo fez passar uma estrada
pelo território desses índios (entre o Terri-
tório de Roraima e o Estado do Amazo-
nas), contra toda a opinião pública e todos
os indigenistas, alegando o chamado "mi-
lagre brasileiro".

Isso, segundo ele, desencadeou o pro-
cesso de extermínio dos vimiri-atroari.
Foi feita a colonização das terras indíge-
nas, chegaram serrarias, latifundiários, mi-
neradoras — como a Mineração Paranapa-
nema, que neste momento está solicitando
à Funai uma "certidão negativa" — e
também a Barragem de Baltina. Em 1968
existiam 3 mil vimiri-atroari. Em 1975
eles eram 600.